

**Relatório de administração**

**1. Mensagem da administração:** A administração da LT Triângulo S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A LT Triângulo S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. **3. Principais acontecimentos no exercício:** (a) **Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio** - Através da aprovação da assembléia geral ordinária realizada em 12 de maio de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 21.287 mil (líquido de impostos) de dividendos e juros sobre capital própria para sua acionista. (b) **Receta Anual Permissão (RAP)** - A RAP da Companhia para o ciclo 2021-2022 foi de R\$ 131.306 mil, um incremento de 8,06% quando comparada com a RAP para o ciclo 2020-2021 foi de R\$ 121.510 mil decorrente do reajuste da inflação (IPCA). (c) **Disponibilidade da linha de transmissão** - A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2021 e 2020 foi de 100%. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. (a) **Diretoria** - A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão do interesse da Companhia. (b) **Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal, funciona de forma não permanente, é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos conselheiros, as atribuições e os poderes conferidos por lei. **5. Declaração da Diretoria** - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)						
	Nota	2021	2020		Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros	Dividendos	Lucros	Total do
				Nota	Legal	Retenção	a realizar	adicionais	acumulados	patrimônio
Caixa e equivalentes de caixa	8	118	2.061							
Títulos e valores mobiliários	9	49.571	32.120							
Concessionárias e permissionárias	10	13.273	12.865							
Ativo de contrato	11	112.286	107.450							
Impostos e contribuições a recuperar		151	1.235							
Outros ativos		4.025	3.919							
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>179.424</b>	<b>159.650</b>							
Ativo de contrato		453.078	495.650							
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>453.078</b>	<b>495.650</b>							
Imobilizado e Intangível		4.697	4.915							
<b>Total do imobilizado + intangível</b>		<b>4.697</b>	<b>4.915</b>							
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>457.775</b>	<b>500.565</b>							
<b>Total do ativo</b>		<b>637.199</b>	<b>660.215</b>							
Fornecedores		1.167	605							
Mútuos	12	36.724	39.860							
Salários e encargos a pagar		1.448	1.257							
Impostos e contribuições a recolher	13	11.487	12.642							
Pis e Cofins diferidos	14	9.741	9.322							
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17 (c)	43.209	21.288							
Encargos setoriais		7.373	7.317							
Outros passivos		4.303	3.331							
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>115.452</b>	<b>95.623</b>							
Mútuos	12	-	39.535							
Pis e Cofins diferidos	14	39.872	44.081							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	97.520	97.800							
Outros passivos		-	55							
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>137.392</b>	<b>181.471</b>							
<b>Total dos passivos</b>		<b>252.844</b>	<b>277.094</b>							
Capital social	17 (a)	171.600	171.600							
Reserva de lucros	17 (b)	212.755	211.522							
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>384.355</b>	<b>383.122</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>637.199</b>	<b>660.215</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>88.732</b>	<b>91.436</b>
Pessoal		(6.592)	(5.380)
Materiais		(563)	(376)
Serviços de terceiros	19 (a)	(7.174)	(5.470)
Outros		(1.922)	(1.554)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(16.256)</b>	<b>(12.780)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>72.476</b>	<b>78.656</b>
Pessoal		(521)	(445)
Serviços de terceiros	19 (b)	(4.338)	(3.738)
Outros		(1.287)	(1.019)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(6.146)</b>	<b>(5.202)</b>
<b>Resultado antes das despesas financeiras</b>		<b>66.330</b>	<b>73.454</b>
Receitas financeiras		1.665	844
Despesas financeiras		(4.652)	(7.355)
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(2.987)</b>	<b>(6.511)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>63.343</b>	<b>66.943</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(17.598)	(16.235)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		876	(1.777)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(16.722)</b>	<b>(18.012)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>46.621</b>	<b>48.931</b>

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		46.621	48.931
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>46.621</b>	<b>48.931</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>46.621</b>	<b>48.931</b>
Lucro líquido do exercício		46.621	48.931
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(876)	1.777
- Pis e Cofins diferidos	18	(3.790)	(2.966)
- Juros sobre mútuos	20 e 12	4.227	6.500
- Ativo de contrato - remuneração	11	(69.174)	(73.635)
		<b>(23.532)</b>	<b>(19.393)</b>
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(17.451)	(7.816)
- Concessionárias e permissionárias		(407)	(814)
- Ativo de contrato	11	107.450	102.824
- Impostos e contribuições a recuperar		1.085	593
- Outros ativos		(106)	(574)
- Fornecedores		562	454
- Impostos e contribuições a recolher		15.536	14.630
- Encargos setoriais		57	1.392
- Outros passivos		1.285	(1.985)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>84.479</b>	<b>89.311</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(16.500)	(11.769)
Mútuos - pagamento de juros	12	(4.163)	(6.913)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>63.816</b>	<b>70.629</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		218	250
Imobilizado e intangível		218	250
<b>Caixa proveniente das atividades de investimento</b>		<b>218</b>	<b>250</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(19.413)</b>	<b>(21.948)</b>
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	22 (b)	(23.242)	(29.314)
Mútuos - pagamento de principal	12	(42.735)	(39.535)
<b>Caixa utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(65.977)</b>	<b>(68.849)</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.943)</b>	<b>2.030</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.061	30
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>118</b>	<b>2.061</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional:** A LT Triângulo S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 2 de março de 2005 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos; e (ii) a prestação de serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Em dezembro de 2018 ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que até novembro de 2018 era a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celo") passou a ser a Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. ("CRTE"). A Celeo transferiu o controle acionário da LTT para a CRTE. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia é controlada pela CRTE. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão N° 004/2006 ("Contrato") tem como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão Nova Ponte - Itumbiara; Nova Ponte - Estreito e Emborcação - Nova Ponte. O Contrato foi assinado no dia 27 de abril de 2006 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 27 de abril de 2036. A Companhia entrou em operação comercial em novembro de 2006. A partir de julho de 2023 (16° ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15° ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão. **1.2 Receita Anual Permissão (RAP)** - A Resolução Homologatória nº 2.875, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2021-2022 em R\$ 131.306 mil (R\$ 121.510 para o ciclo 2020-2021). Um aumento aproximado de 8,06%, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 11 de fevereiro de 2022. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 11), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 16). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial** - O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contante a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contante a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um instrumento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros** - Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas** - **iv.1** Ativos financeiros ao VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **iv.2** Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **iv.3** Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **iv.4** Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros** - A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros** - A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Com-**

passagem - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICP 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra, variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar na adoção do ativo de contrato. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Ativos e passivos



**LT TRIÂNGULO S.A.**  
CNPJ nº 07.272.615/0001-16

custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **(a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)** - As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **(b) Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

	2021	2020
Caixa e bancos	118	61
Operações compromissadas	(a) -	2.000
	<b>118</b>	<b>2.061</b>

A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atreladas ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

	2021	2020
CDB	(a) 49.571	32.031
Outras aplicações	-	89
	<b>49.571</b>	<b>32.120</b>

As aplicações financeiras foram proporcionadas pela geração de caixa da Companhia. (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99,83% (98,83% em 2020) do DI com vencimento entre julho de 2022 e janeiro de 2023.

	2021	2020
10 Concessionárias e permissionárias	2021	2020
A vencer	12.699	12.052
Até 3 meses	22	37
De 3 a 12 meses	65	33
Acima de 12 meses	487	743
	<b>13.273</b>	<b>12.865</b>

	2021	2020
11 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	603.100	632.289
Remuneração do ativo de contrato	69.714	73.635
Recebimentos	(107.450)	(102.824)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<b>565.364</b>	<b>603.100</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	112.286	107.450
Não circulante	453.078	495.650
	<b>565.364</b>	<b>603.100</b>

	2021	2020
12 Mútuo		
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019	79.395	119.343
Juros e correção monetária	4.227	6.500
Amortização de juros	(4.163)	(6.913)
Amortização de principal	(42.735)	(39.535)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	<b>36.724</b>	<b>79.395</b>

A Companhia captou recursos por meio de contrato de mútuo firmado com a Celeo Redes Transmissora de Energia S.A. O contrato foi assinado no dia 31 de dezembro de 2018 com a finalidade de otimizar sua estrutura de capital. O valor total do mútuo foi de R\$ 150.000. O contrato prevê a liquidação do mútuo parcelas semestrais, iguais e sucessivas, pelo período de 48 (quarenta e oito) a contar da data do pagamento, com atualização de juros de 3% ano ano, indexado 100% ao CDI. Com o recurso desse mútuo, a Companhia quitou integralmente o financiamento com o BNDES. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	36.724	39.860
Não circulante	-	39.535
	<b>36.724</b>	<b>79.395</b>

	2021	2020
13 Impostos e contribuições a recolher		
Imposto de renda	7.321	8.488
Contribuição social	1.803	1.661
Outros	2.363	3.750
	<b>11.487</b>	<b>13.899</b>

	2021	2020
14 PIS e COFINS diferidos		
PIS	8.849	9.526
COFINS	40.764	43.877
	<b>49.613</b>	<b>53.403</b>

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2021	2020
Circulante	9.741	9.322
Não circulante	39.872	44.081
	<b>49.613</b>	<b>53.403</b>

	2021	2020
15 Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda	71.705	71.912
Contribuição social	25.815	25.888
	<b>97.520</b>	<b>97.800</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e são reconhecidos sobre os ajustes relacionados a contabilização do ativo de contrato. **16 Passivos contingentes: (a) Serviço administrativo** - A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida ini-

cialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 1.330 e R\$ 1.080, respectivamente, e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de utilização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. **(b) Tributário** - Alguns pedidos de compensações não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2021 o valor em risco é de R\$ 276 (R\$ 269 em 31 de dezembro de 2020) em e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 171.600 dividido em 171.600.000 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada. Todas as ações são detidas pela CRTE. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor destinado foi de R\$ 2.331 e R\$2.447, respectivamente. **ii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 o valor destinado foi de R\$ 23.242. Em 26 de abril de 2021 por meio da Assembleia Geral Ordinária (AGO) foi aprovada a destinação dos R\$ 23.242 para dividendos. **iii. Reserva de lucros a realizar** - Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6. **iv. Dividendos adicionais propostos** - Com a AGO emitida em em 26 de abril de 2021 foi realizada a transferência dos R\$ 23.242 da reserva de retenção de lucros para dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2021 o valor destinado foi de R\$ 22.145. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	46.621	48.931
(-) Reserva legal (5%)	(2.331)	(2.447)
<b>Base de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio</b>	<b>44.290</b>	<b>46.484</b>
Juros sobre capital próprio (JSCP)	7.628	12.170
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>22.145</b>	<b>23.242</b>

	2021	2020
18 Receita operacional líquida		
Remuneração do ativo	88.192	90.532
Receita de operação e manutenção	13.335	12.761
Outras Receitas	1.556	2.505
Parcela variável	(a) (175)	(403)
<b>Receita bruta</b>	<b>102.908</b>	<b>105.395</b>
Pis e Cofins correntes	(12.686)	(11.965)
Pis e Cofins diferidos	3.790	2.967
Encargos setoriais	(5.280)	(4.961)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(14.176)</b>	<b>(13.959)</b>
	<b>88.732</b>	<b>91.436</b>

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em: (i) não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente; e (ii) em programada quando há manutenção em equipamentos que pertencem a linha de transmissão.

	2021	2020
19 Serviços de terceiros:		
<b>(a) Custos operacionais</b>		
Serviço de operação e manutenção	(i) (3.223)	(3.223)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii) (1.069)	(268)
Consultorias	(536)	(290)
Contrato de compartilhamento de instalação	(1.142)	(893)
Diversos	(1.204)	(796)
	<b>(7.174)</b>	<b>(5.470)</b>

i. Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo. ii. Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

	2021	2020
<b>(b) Despesas operacionais</b>		
Prestação de serviços administrativos	(i) (3.299)	(3.299)
Consultorias	(586)	(252)
Diversos	(453)	(187)
	<b>(4.338)</b>	<b>(3.738)</b>

i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo.

	2021	2020
20 Despesas financeiras líquidas		
Rendimento de aplicação financeira	1.579	834
Outras receitas	86	10
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.665</b>	<b>844</b>
Juros de mútuo	(i) (4.227)	(6.501)
Outras despesas	(425)	(854)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(4.652)</b>	<b>(7.355)</b>
	<b>(2.987)</b>	<b>(6.511)</b>

	2021	2020
21 Imposto de renda e contribuição social		
Resultado antes dos impostos	63.343	66.943
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(21.537)	(22.761)
Juros sobre capital próprio	4.936	4.429
Incentivo fiscal IRPJ	-	152
(cultural, artístico, audio visual e outros)	-	166
Outros	(121)	166
<b>Despesa de IR e CS à alíquota efetiva</b>	<b>(16.722)</b>	<b>(18.012)</b>
Alíquota efetiva	26%	27%

	2021	2020
22 Transações com partes relacionadas:		
<b>(a) Transações comerciais e mútuo</b>		
	<b>Passivo</b>	<b>Despesa</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
CRTE	36.723	79.396
Celeo	(i) 234	277
	(ii) <b>36.957</b>	<b>79.672</b>
	<b>(4.227)</b>	<b>(6.501)</b>
	<b>(6.522)</b>	<b>(6.522)</b>
	<b>(10.749)</b>	<b>(13.023)</b>

i. Conforme descrito na nota explicativa 12. ii. Refere-se ao contrato com a Celeo referente ao (i) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica serviços de terceiros - custos operacionais; e (ii) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica serviços de terceiros - despesas operacionais. **(b) Dividendos** - Nos dias 14 de abril e 12 de novembro de 2020 a Companhia pagou de dividendos mínimos obrigatórios, apurados no exercícios anteriores o valor total de R\$ 29.314. Em 12 de maio de 2021 a pagou de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio, apurados no exercício de 2020 o valor total de R\$ 23.242. **(c) Remuneração do**

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obte-

**administração** - Em 2021 e 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes. **23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(6.320)	(4.740)	(3.160)
Mútuo	Aumento do CDI	4.682	3.512	2.341

\* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI (12,75%) foi considerada da "Mediana - TOP 5" médio prazo para o ano de 2022. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

**24 Coronavírus (COVID-19): (a) Contexto geral** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **(b) Impactos nas demonstrações financeiras** - Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia. **25 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas aplicações, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 125.135 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.

**Francisco Antolin Chica Padilla** **Bruno Marcell S. M. Melo**  
Diretor Financeiro Contador - CRC-RJ 111193/O-8

mos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2022

**KPMG** KPMG Auditores Independentes **Milena dos Santos Rosa**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contadora CRC RJ-100983/O-7